



A IGREJA EM CAMPINAS NO SÉCULO XX

Lilia Inês Zanotti de MEDRANO

PUC-Campinas

João Miguel T. de GODOY

PUC-Campinas

A criação da Diocese de Campinas ocorreu em 1908. Do ponto de vista institucional representou uma tentativa de desfazer os nós de um emaranhado de problemas que vieram se acumulando desde, pelo menos, meados do século XIX. Problemas que não eram privativos da Igreja Católica em Campinas envolviam a instituição de maneira global e colocavam em questão o problema de sua sobrevivência num período de aceleração das mudanças na sociedade brasileira. No contexto europeu as coisas não eram diferentes. O fim do Antigo Regime, as Revoluções Liberais dos séculos XVIII e XIX, a mudança dos vínculos da Igreja com o Estado e a emergência da sociedade industrial e urbana, com suas idéias, valores e “tentações”, colocou necessariamente novos e importantes desafios para a Igreja Católica. No Brasil, em virtude da vigência do regime de padroado até o fim do século XIX, o enfrentamento da questão pode ser adiada mas não evitada.

A reconstrução sucinta e o exame das características gerais que defiram esses problemas, relacionados entre si, talvez possam contribuir para o entendimento de dimensões relevantes da história da Igreja em Campinas no século XX.

O INGRESSO DA REGIÃO NOS CIRCUITOS DA ECONOMIA MUNDIAL

Na segunda metade do século XVIII e início do XIX, a região de Campinas foi incorporada nos circuitos da economia mundial. Trata-se de um momento decisivo na história local, cuja dinâmica não pode mais ser entendida desconectada das circunstâncias externas. Foi cortada por uma estrada ou caminho que ligava a província de São Paulo ao Brasil central (a chamada estrada dos goiases); foi pisoteada pelas tropas de muares, lavrada pelos seus primeiros ocupantes, revolvida e explorada largamente por outros que vieram depois. A própria fundação e expansão da cidade resultou dessas transformações. Embora tenha sido igualmente um de seus vetores mais dinâmicos.

No entanto, entre a ocupação vagarosa, mas contínua, que desenvolveu-se a partir do início do XVIII e aquela que se configurou no final desse período, apenas aparentemente transparece uma linha de continuidade ou processo cumulativo, natural, de adensamento demográfico e ocupação do solo. Resultam de uma análise mais profunda elementos de ruptura e descontinuidade. De fato, pode-se perceber nas últimas décadas do século uma alteração brusca e mesmo uma mudança de rumos no processo de desenvolvimento regional. Os deslocamentos mais evidentes apareceram na implantação e depois substituição da lavoura do milho pela cana de açúcar e posteriormente pelas plantações de café; na chegada dos sesmeros e na expansão das propriedades rurais em locais antes ocupados por pequenos sitiantes e lavradores nômades; na chegada de negros escravizados em quantidades crescentes onde antes predominava o trabalho do núcleo familiar e dos mutirões; na substituição das vendas e dos locais de pouso dos tropeiros pelos armazéns, casas de importações, casas bancárias, etc

Falamos aqui em substituição, seríamos mais precisos se pensássemos em termos de sobreposição. Nem o milho, nem o sitiante, nem os mutirões e santos desapareceram repentinamente. Uma nova moldura os envolveu, um novo enquadramento, uma nova dinâmica econômica e social alterou certamente o seu sentido, suas funções e sua abrangência.

Para os padrões regionais não se tratou de alterações econômicas e sociais simples, um novo ciclo econômico, o ingresso de novos personagens em cena e uma mudança na paisagem rural. Mais do que as transformações que afetaram cada uma das esferas que compõem a existência, a novidade estava principalmente num novo modo de articulação do econômico, do político, do religioso, etc. O elemento realmente novo, que possibilitou não apenas diferentes realidades locais, mas uma nova configuração geral da vida, foi a inserção definitiva e radical da região nos circuitos da economia mundial.

Temos aqui o enquadramento geral que articula o conjunto de características regionais e ao qual devemos atribuir uma função analítica. O impacto da nova ordem alterou de maneira profunda e irreversível o modo de vida local. Esta nova ordem não se traduz apenas por uma modificação econômica, devemos insistir, embora implique um regime de propriedade da terra diferente, de novas tecnologias e organização da produção, de novas relações sociais nas atividades produtivas associadas a novos e coerentes mecanismos de expropriação daqueles que realizam o trabalho. Associado a esses elementos e garantindo as condições de sua reprodução durante períodos mais prolongados, definiram-se configurações sociais específicas e formas institucionais particulares.

Do ponto de vista religioso, as transformações apontadas acima traduziram-se num processo de mudanças onde o catolicismo de extração popular, baseado no culto dos santos, foi progressivamente incorporado, controlado e substituído pelo “Deus estabelecido”, para usarmos a expressão de um estudioso do assunto, ou seja, pela Igreja institucionalizada.¹ De qualquer maneira, é sempre difícil encontrar um marco para o início da vida religiosa e cristã em nossa cidade. Efetivamente, quando, em 1772, os *sesmeros* do pequeno núcleo de povoação nascido à beira da estrada que ia para Goiás - que futuramente seria a cidade de Campinas - solicitaram às autoridades competentes a criação de uma freguesia, a vida cristã da cidade já tinha começado muito tempo atrás.

⁽¹⁾ **Luiz Roberto Benedetti.** Os santos nômades e o Deus estabelecido. São Paulo: Ed. Paulinas, 1983.

Efetivamente, antes de 1741, data consensual do assentamento das primeiras famílias que daria origem a nossa cidade, por iniciativa de Francisco Barreto Leme de Prado, a vida cristã já era praticada pelos primitivos povoadores, que eram, em sua maioria, sitiantes e lavradores muito pobres. Por outro lado, transitavam por esta região tropeiros que muitas vezes pernoitavam para depois seguir caminho para Goiás. Estes anônimos viajantes e moradores ocasionais, bem como os primeiros *sesmeiros* deram origem à comunidade cristã de nossa cidade.

Assim, a criação da freguesia em 1772, e da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, em 1774, podem ser considerados marcos para a história da fundação da cidade, porém, não o são como marco para a vida religiosa cristã na cidade. Sua origem pode ser procurada na prática religiosa da população que como em outros lugares do Brasil, era realizada nas inúmeras capelinhas de “beira de estrada”, típicas do espaço rural brasileiro ou em oratórios que os próprios moradores, pobres em sua maioria, construíam em suas casas com os santos e símbolos cristãos trazidos quando se transferiram de sua terra natal para Campinas, como um sinal de fé e de proteção para a vida que começavam.

Essas modestas “capelinhas de beira de estrada”, ermidas, cruzeiros e oratórios das quais temos pouco ou nenhum testemunho no Brasil, podem ter sido o ponto de encontro dos grupos de famílias e o lugar das rezas e das festas organizadas ao sabor da simplicidade de sua prática religiosa em nada desprovida de sincera devoção cristã. Não tendo a possibilidade de freqüentar a Igreja ou de trazer um sacerdote, estas famílias criaram ao redor dos oratórios e das capelas um espaço religioso que tinha essencialmente a mediação dos leigos. Assim, acreditamos que em Campinas como no Brasil rural colonial, fazem parte desse mundo religioso rural os cruzeiros, santuários, cruzeiros, oratórios públicos, domésticos e ambulantes, procissões, romarias, ermidas, capelas, jubileus, promessas, confrarias, entre outras e as festas com a participação de todos.

Acreditamos por isso, que os primeiros momentos da vida cristã em Campinas seriam realizados no seio do lar, com a participação dos familiares que desta forma transmitiam aos filhos a fê católica em meio a

um ambiente próximo da vida primitiva da região. Nessas circunstâncias era muito difícil contar com a presença de um sacerdote pela distância que os separava de Jundiá e, por esse motivo, o culto praticado por alguns membros da família mantinha acessa a devoção familiar. Efetivamente, era muito comum no Brasil que frente às dificuldades de trazer um sacerdote, os leigos se ocupassem do ritual sagrado e estabelecessem as normas sobre as festas dedicadas ao seu padroeiro ou padroeira que era escolhido em função das devoções locais. Possivelmente surgiram, no seio do grupo, os beatos e beatas que se tornariam mediadores entre o sagrado e o “profano”. O cotidiano das pessoas era regido por estas práticas, que eram em suma, a expressão da fé dos povoadores.

A capela que precedeu à construção da Igreja Matriz em Campinas começou a ser erigida em 22 de fevereiro de 1773 atendendo a um pedido dos moradores mais abastados e inaugurada no dia 25 de julho de 1781, sem ainda estar totalmente concluída. O que significou para a vida religiosa a fundação da capela que daria origem à Matriz Velha? Certamente muito.

Em primeiro lugar, materializava o reconhecimento da importância sócio-econômica do lugar que concedia aos sesmeros a possibilidade de solicitar a criação de uma *freguesia*, bem como a presença de um sacerdote para reger a vida cristã da comunidade. Em segundo lugar, e desde o ponto de vista religioso, marcaria os primeiros passos de transição da vida cristã realizada no lar ou nas capelas improvisadas e ministrada pelos leigos, para aquela que se realizaria sob a presença oficial da Igreja na freguesia.

A partir desse momento, e pouco a pouco, a vida religiosa familiar e comunitária praticada com a participação de leigos na maior parte dos cultos, foi cedendo espaço para a presença do sacerdote que representava a autoridade oficial religiosa e a prática da religião erudita, coexistindo com a prática religiosa de devoção popular por muito tempo. A criação da freguesia e de sua paróquia introduz, portanto, uma nova dinâmica dentro da comunidade: a coexistência da dimensão oficial da religião católica e da prática popular religiosa.

Assim, de aqui em diante, a presença do sacerdote marcará profundamente a vida social e religiosa do pequeno núcleo urbano, uma vez que pouco a pouco irá centralizando na paróquia parte dos acontecimentos da vida das pessoas e da comunidade através da administração dos sacramentos, da prática das ações pastorais e fazendo do templo, um novo lugar de oração.

Esse novo perfil que iam adquirindo tanto o vigário e o pároco como a paróquia, no Brasil e em Campinas, em particular, era regido pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, de 1707, inspiradas no Concílio de Trento, ocorrido quase duzentos anos antes na Europa e que teve uma influência tardia no Brasil, no final do século XVIII. Por essas Constituições a paróquia assumia um papel essencial, na medida em que atribuía ao pároco uma autoridade que lhe permitia “disciplinar” a comunidade católica no exercício de sua fé e dos seus costumes através do exemplo de uma conduta a ser seguida.

Juntando-nos a esse pensamento, a paróquia, e particularmente a Igreja Matriz de nossa cidade se tornará o novo espaço religioso e também social na medida que a administração de alguns dos sacramentos, como os batizados e os casamentos, seriam momentos de encontro e celebração, de estreitamento das relações e dos compadrios. As festas religiosas, por outro lado, mais freqüentes fariam da paróquia e da Igreja um outro lugar a ser freqüentado pelos fregueses.

Foi, portanto, nos finais do século XVIII que a Igreja Católica deu, através das Constituições, um novo perfil ao pároco: o de autoridade eclesiástica máxima da freguesia, como administrador dos sacramentos e como controle administrativo paroquial. Estas características atribuídas ao pároco serviram de base para as reformas que se realizaram no interior da Igreja nos séculos XIX e XX, como veremos mais adiante². Desta forma, a paróquia passou a ter também um caráter burocrático registrando nascimentos, batizados, casamentos e mortes de sua freguesia.

⁽²⁾ Fernando Torres-Londoño. Paróquia e Comunidade na representação do sagrado na colônia. In: Fernando Torres-Londoño (Org.). Paróquia e Comunidade no Brasil, perspectiva histórica. PAULUS, São Paulo, 1997, pp. 77.

A criação da freguesia de Campinas e da primeira Igreja Matriz na cidade faz parte deste contexto histórico. Seus primeiros vigários foram homens em “tempos de transição” e como tais tiveram que atuar na administração da fé cristã e dos sacramentos. Mesmo assim, não poderíamos afirmar que a vinda do sacerdote para Campinas e a fundação da Matriz tenha provocado uma ruptura com a prática popular da religião católica. Ao contrário, por muito tempo, ambas coexistiram e foram praticadas concomitantemente. Imagens, santuários, oratórios, ermidas, comemorações, paróquia e Igreja Matriz, entre outros, são testemunhos dessa coexistência entre a chamada religião popular e a oficial que permaneceu viva durante os séculos XIX e XX³.

Em Campinas, o primeiro vigário, *frei Antonio de Pádua Teixeira*, quem também rezou a primeira missa no dia 14 de julho de 1774 era um religioso franciscano nascido na província de Rio de Janeiro. A missa foi celebrada com a presença do padre-mestre frei Manuel de Santa Gertrudes Ailuar, presidente do Mosteiro de São Bento em Jundiaí e do padre Antônio do Prado e Siqueira, vigário de Mogi Mirim. A instalação da pia batismal foi um importante símbolo da fé cristã e nesse mesmo dia foi batizado Domingos, um neto de Francisco Barreto Leme, primeira criança da freguesia a ser batizada solenemente por frei Antônio de Pádua⁴, outro momento importante para a vida religiosa, social e política que se iniciava em torno da nova paróquia da cidade.

Frei Antônio de Pádua Teixeira dedicou-se a dar andamento às obras da Igreja Matriz prosseguindo com as coletas em favor de sua construção, mas foi o terceiro vigário, *frei de Monte Carmelo Siqueira* quem concluiu a construção da Matriz definitiva. Com a licença outorgada pelo bispo de São Paulo, D. Frei Manuel da Ressurreição, frei Monte Carmelo benzeu o templo, rezou a primeira missa e transferiu a imagem da padroeira da capelinha provisória para a igreja recém construída, conhecida depois, como a Matriz Velha. O novo vigário ficou até 1778, momento em que antes de sua saída da paróquia de nossa cidade entregou os bens

⁽³⁾ A obra de Pe. Luiz Roberto Benedetti, anteriormente citada, é um estudo de consulta obrigatória.

⁽⁴⁾ Monografia Histórica de Campinas, Rio de Janeiro, IBGE, 1954, pp. 27.

existentes na paróquia ao padre Inácio Pais de Oliveira, vigário de Jundiáí, até a chegada do seu sucessor.

É importante chamar a atenção sobre os bens mencionados: uma imagem da padroeira N. S. da Conceição com seu manto de seda, uma imagem de barro de São Francisco e outra de N. S. do Rosário, que somados à doação do terreno de Barreto Leme para a construção da Igreja, poderíamos dizer que começava a ser constituído o patrimônio religioso de nossa cidade. Todavia fica uma pergunta: qual seria a procedência desses modestos bens transferidos para a nova Matriz; qual seu significado para a cidade? Seriam pertencentes às primeiras famílias que aqui vieram morar?

Outros padres vieram para Campinas e para a Matriz de N. S. da Conceição dos quais pouco se sabe. São eles: Pe. Ignácio José da Conceição Cintra, desde 23 de junho até 18 de janeiro de 1785; Pe. André da Rocha Abreu de 2 de fevereiro de 1785 até 19 de janeiro de 1788; Pe. Manuel Joaquim de Freitas, de 3 de fevereiro de 1788 até 14 de agosto de 1790; Pe. Leandro Manuel Ribeiro de 8 de setembro de 1790 até 21 de dezembro de 1791; Pe. Roque Gonçalves Cunha de 6 de janeiro de 1792 até 6 de agosto de 1795; Pe. Bernardo de Sampaio Barros de 6 de setembro de 1795 até 6 de agosto de 1797; Pe. Joaquim José Gomes de 17 de setembro de 1797 até 27 de agosto de 1831.

Durante o paróquia de *Pe. Joaquim José Gomes* - de 1797 até 1831 - Campinas foi elevada de *freguesia de Campinas de Matto Grosso* à categoria de *Vila de São Carlos*, no dia 16 de novembro de 1797. Atribuiu-se a ele o esforço para a concretização de sua elevação a Vila, pelo seu prestígio religioso e político e pela sua participação ativa em momentos decisivos da política nacional, como o da Independência. Também, Pe. Joaquim José teve a idéia de dar a Campinas uma nova Matriz. Ao que tudo indica, desde 1807 já tinha sido escolhido o lugar para sua construção, todavia, era necessário buscar os meios para a execução da obra, uma obra considerada de grandes ambições, para o tamanho da Vila na época⁵.

⁽⁵⁾ PRÓ ARIS ET FOCUS. da Matriz Velha da Conceição, à Nova Matriz do Carmo, Monografia Histórica elaborada por um Carmelitano, para comemorar o centenário da cidade, São Paulo, Estúdio Gráfico Cruzeiro do Sul, 1939, pp. 27.

Aproveitando a presença do Desembargador Miguel Antônio Azevedo Veiga, ouvidor e corregedor, na cidade, Pe. Joaquim José se colocou à frente dos juízes ordinários, oficiais da câmara, republicanos, “homens bons” e nobreza, para conseguir por meio de sua influência, voluntários para contribuir com a construção da nova Matriz. Neste sentido é importante destacar a figura emergente do sacerdote e a sua participação em decisões que antes eram apenas dos leigos. Por outro lado, a presença do religioso - o sacerdote - relacionado com a elite campineira, os senhores de engenho e influentes políticos, por exemplo, deve ser compreendido como uma forma de conivência com uma situação de extremas desigualdades sociais marcadas, especialmente, pela escravidão?

Efetivamente, eram tempos em que se iniciara em Campinas e região a cultura e beneficiamento do açúcar que deu lugar ao nascimento e expansão das grandes propriedades de terra em detrimento das pequenas propriedades, que foram sendo absorvidas para constituir os grandes latifúndios. Pe. Joaquim, ao que tudo indica, estava intimamente vinculado à nova elite, pois seus familiares mais próximos eram senhores de engenho e grandes proprietários de terra.

Após a morte de Pe. Joaquim José Gomes em 27 de agosto de 1831 sucedeu-lhe por pouco tempo Pe. Manuel Ferreira Pinto e depois, *Pe. Joaquim Anselmo de Oliveira* quem ficou à frente da paróquia até 1836. Foi um período de conflitos entre Pe. Joaquim e os fazendeiros locais pelas suas manifestações contra a escravidão, especialmente em seus sermões desde o púlpito, o qual serviu de pretexto para afastá-lo temporariamente de seu cargo. A atuação de Pe. Joaquim Anselmo mostra um outro ângulo da atuação dos sacerdotes na sociedade mostrando que no seu interior, a Igreja não era e não é homogênea⁶.

⁽⁶⁾ O vigário tinha sido acusado de roubo e fora absolvido, todavia, sua opção pelos pobres e excluídos - os escravos - estava vinculada a sua orientação política, ao lado dos liberais que se opunham aos conservadores, os quais eram, em sua maioria, fazendeiros. Os liberais eram a favor da abolição da escravidão, muito mais por defender seus interesses do que por princípios morais.

Após a sua saída, *Pe. João Almeida Barbosa* assumiu a paróquia entre 1838 e dezembro de 1855. Durante esses dezessete anos o acontecimento mais importante para a cidade foi o da *elevação da vila à cidade* no dia 5 de fevereiro de 1842 retornando a seu antigo nome de Campinas. Também, importante foi a reorganização da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1847, que era composta por pessoas abastadas da cidade não sendo permitida a entrada a pessoas negras ou mulatas o que de certa forma, viria reforçar a desigualdade já existente em nossa cidade⁷.

A SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX E A NOVA ONDA DE MODERNIZAÇÃO REGIONAL

Na segunda metade do século XIX a nova configuração da economia mundial abriu um espaço de autonomia relativa para áreas dependentes. Organizaram-se estados nacionais e um conjunto de elementos de modernização foi incorporado pelas ex-colônias americanas: ferrovias, equipamentos e benefícios urbanos, indústrias mecanizadas, etc. Nem o Brasil, nem a região de Campinas ficaram imunes a estas novidades. De fato, o sistema se consolidou e redesenhou as bases da divisão internacional do trabalho.

A dinâmica histórica e os fatos mais relevantes do processo interno são conhecidos e foram largamente estudados. A partir da segunda metade do século XIX e início do XX, identificamos mudanças significativas na economia e sociedade brasileira: uma relativa decadência dos pólos econômicos do centro e nordeste e a emergência do sul e sudeste decorrente da importância crescente das exportações de café na organização da economia nacional; a crise do escravismo, como sistema econômico, e o início da predominância de um regime de trabalho livre nos setores centrais da vida econômica, o adensamento dos fluxos imigratórios como consequência mais imediata e visível disso; o aburguesamento de

⁽⁷⁾ *Ibid.*, pp. 24.

setores das elites dominantes e dirigentes; o avanço do republicanismo conduzindo a um processo de desgaste e crise do Estado Monárquico no Brasil; a Proclamação da República em 1889, a secularização do Estado e a separação da Igreja.

Do ponto de vista espacial, o mundo urbano teve suas funções e importância revista. Torna-se local de moradia de uma burguesia de extração agrária, mas também sede do poder e centro de um conjunto de serviços essenciais como transporte, bancário, burocrático, educacional, lazer e religioso.

O impacto dessas mudanças globais da sociedade afetou a Igreja, nas suas várias dimensões: institucional, doutrinária e na própria maneira como a religião é vivenciada, ou seja, na religiosidade. A religião de um modo geral e a Igreja Católica em particular, não é uma dimensão fora dessa sociedade, com a qual estabelece uma relação de exterioridade. Trata-se de um elemento constitutivo da ordem social que responde a um de seus problemas centrais que é o de como ajustar ou conformar o comportamento, valores e idéias das pessoas envolvidas, adequando-os aos princípios estabelecidos pela nova ordem que se instala. Ou seja, como garantir uma interiorização, relativa e provisória que seja, desses princípios pelos indivíduos, de modo a criar, direcionar, estimular e reprimir formas de agir e pensar coerentes com as novas dinâmicas históricas. O estabelecimento de leis e normas que impõem, pela coerção direta ou simbólica, comportamentos adequados, é uma das formas. A criação de compromissos e convenções entre os envolvidos é outra. A criação de um sistema de valores e representações que torne consensual a adesão às normas vigentes é o mais eficaz dos mecanismos. Não podemos ignorar o papel desempenhado pelas crenças religiosas nesse último aspecto.

Nesse sentido, todo um conjunto de regras, acordos, hábitos e valores são mobilizados com o objetivo de manter em funcionamento certos esquemas de reprodução das relações sociais fundamentais, bem como a sustentação e direção do regime de acumulação então em vigor. Sendo assim, o estudo, em particular, da origem e expansão da Igreja Católica em Campinas, num momento específico da história da região,

quando se vê envolvida numa nova trama, num novo contexto externo, exige do historiador uma atenção especial para a importância dos fatores morais e culturais na elaboração dos mecanismos coletivos que visaram conformar os comportamentos individuais a padrões de conduta adequados à manutenção da coesão e da ordem num sistema que por definição era contraditório e instável.

Certamente, não se pode reduzir a religião a uma arma ideológica da classe dominante, dos fazendeiros escravistas, para controlar seus subordinados. Mais do que social, a função da religião e da Igreja é estrutural, ou seja, a própria elite está sujeita às suas conformações. Ela adequa as condutas e valores, dos dominados, mas também dos dominantes, de maneira coerente com os novos esquemas de acumulação.

Num primeiro momento, entretanto, as repercussões da alteração do contexto traduziram-se num processo gradual de perda do controle exclusivo da amarração simbólica da ordem social. Resultou disso a consciência da necessidade de se recompor o modo de inserção da instituição no novo quadro social emergente.

Efetivamente, na segunda metade do século XIX e até os primeiros anos do século XX começava a tomar forma no Brasil um movimento no interior da Igreja Católica chamado a ter grande influência sobre a comunidade católica brasileira: a *Reforma Católica*. Originada na Europa como uma reação às revoluções liberais que nos meados do século XIX agitaram a política dos países europeus e até o próprio Vaticano, a Reforma Católica constituiu um movimento que condenava tanto o capitalismo e a ordem burguesa, que se assentavam nos princípios do liberalismo, como o socialismo. Por isso era necessário manter a unidade da Igreja dentro desse contexto, mediante a centralização institucional no Vaticano, na concepção hierárquica da Igreja e na afirmação de sua autonomia em relação ao Estado.

Como condição primeira para levar adiante esta transformação era necessário reformar o clero, processo lento que só se completou no Brasil nas primeiras décadas do século XX, com a implantação de seminários diocesanos cuja missão era a de formar o novo clero, nos princípios tridentinos.

Os papas que ocuparam o trono Pontifício desde Gregório XVI até Pio XII não pouparam esforços para consolidar esses princípios e fazê-los cumprir até os lugares mais distantes de Roma. As encíclicas “Quanta Cura” e o Syllabus (1864) foram expressão mais alta desta concepção religiosa ultramontana que resgatava a espiritualidade da Igreja Católica e sua soberania no universo católico, porém dentro de uma rigidez hierárquica que teve importantes conseqüências na sociedade e na instituição católica do mundo inteiro.

No Brasil, este movimento teve início por volta de 1840 e se estendeu até mais ou menos, 1920. Esse período, e com maior ênfase entre 1880-1920, significou um esforço de modernização das estruturas coloniais da Igreja luso-brasileira, que não tinham ainda sofrido as influências do Concílio de Trento ocorrido dois séculos antes. A hierarquia católica brasileira procurou então se estruturar em torno da autoridade do Papa e da cúria romana para dar forma à nova proposta. Daí que todos os esforços em realizar a adequação da Igreja Brasileira a Roma é conhecido como a *romanização da Igreja no Brasil*.

Não é nosso objetivo tratar de um assunto que já teve estudos relevantes. Porém, a menção a ele se faz necessária para compreender as mudanças acontecidas no interior da Igreja e, sobretudo no novo papel que tiveram nesse contexto, o clero, as paróquias e seus párocos, que são, em definitiva, os que passaram a ocupar o lugar mais próximo de sua comunidade.

Efetivamente, com a reforma e a romanização das estruturas religiosas, a paróquia passou a ser o lugar de articulação da hierarquia eclesiástica com o povo, tendo como mediador, o pároco, agora fortalecido em sua prática pastoral e política. Por sua vez o bispo tinha um papel mais importante na condução da ação pastoral de sua diocese e nos párocos, seus principais colaboradores. Nesse período, portanto, a paróquia passou a ser parte importante na articulação e mediação com a hierarquia da Igreja, e por este motivo foi necessário aumentar o número de paróquias e dioceses como uma forma de chegar à comunidade em sua ação pastoral. Assim, paróquia e pároco passaram a ter uma função primordial junto à comunidade subordinados ao bispo em sua ação pastoral.

Todavia, à luz da realidade brasileira, a romanização da igreja teve um vigoroso impacto nas antigas estruturas religiosas de raízes coloniais ainda não superadas. Efetivamente, desde os tempos coloniais, a maioria de povo brasileiro morava nas regiões rurais e sua prática religiosa cristã passava muito longe da hierarquia católica e do catolicismo oficial. A população tinha uma prática religiosa mais próxima da Igreja Católica Colonial e do que hoje chamamos de religiosidade popular. Por isso, foi muito difícil no Brasil em geral integrar ambos planos de devoção católica: a religiosidade popular de raízes colonial-portuguesas e a oficial, nova, romanizada e desconhecida em sua prática pela maior parte dos fiéis.

Assim, o processo de romanização no Brasil foi um grande desafio para a Igreja, quando a partir da segunda metade do século XIX começaram a ser implantadas as primeiras iniciativas da chamada Reforma. Foi necessário apelar para a ajuda das congregações estrangeiras e do clero secular, principalmente europeu, para ajudar a reformar o clero nos moldes ditados por Roma, criar escolas paroquiais e colégios de congregações estrangeiras, além de dotar com novos estatutos as Irmandades, Confrarias e Ordens Terceiras, adaptados à nova realidade religiosa. As dioceses e paróquias também deviam ser fortalecidas e expandidas pelo território como uma forma de acompanhar e reforçar essa nova visão de Igreja.

Todo este processo não foi tranquilo. Ao contrário, o clero brasileiro não era homogêneo e por isso, uma parte dele se opôs à Reforma. Mesmo assim, começou a chegar o clero estrangeiro, quer seja junto às congregações religiosas ou com o clero secular acompanhando os imigrantes que aqui chegavam para trabalhar na lavoura ou nos centros urbanos. Este aumento no número de religiosos favoreceu também, o aumento das paróquias novas que, por sua vez, cresciam à medida que novas dioceses eram criadas.

O processo de romanização teve também impacto no interior das instituições religiosas leigas e mistas como as Irmandades, Confrarias ou Ordens Terceiras integradas por pretos, pardos ou brancos, que desde os tempos da colônia detinham certa independência da igreja convivendo no mesmo espaço religioso. Todo este universo foi alvo da Reforma,

passou a ser controlado pela Cúria e foi sendo substituído por congregações estrangeiras como os Vicentinos, o Apostolado da Oração e as Filhas de Maria, entre outras⁸.

Pouco a pouco a paróquia incorporou no seu universo as instituições religiosas leigas e a religiosidade popular, afastando os leigos da mediação sagrada e substituindo as devoções dos santos populares brasileiros por uma devoção do catolicismo centrado em Roma, sobretudo no cumprimento dos sacramentos, especialmente o do matrimônio. As capelas e oratórios passaram a ser submetidos à autoridade paroquial, o vigário, e os Santuários outrora dedicados à devoção popular, passaram a ser administrados pelo clero regular.

Este processo parece ter sido iniciado em Campinas, antes de ser criada a Diocese. Em 1889 chegaram os *salesianos* de D. Bosco e em 1899 os *claretianos*. Pe. Joaquim Vieira, por exemplo, em 1893 deplorava o “*atual estado de cousas*” referindo-se à Proclamação da República, e desejava “*ansiosamente, a reorganização da pátria brasileira*”. Chamava a atenção, também, para os pensamentos em voga que podiam ferir a fé de Cristo, tais como: “*o racionalismo, chamado de livre pensamento, o progressismo, o maçonismo, o positivismo (na nova forma de que se reveste o ateísmo), o indiferentismo ou tolentarismo*”, uma vez que - explicava - “*do indiferentismo ao ateísmo, a distância é insignificante*”. Da mesma forma chamava a atenção para não se deixar iludir pelo magnetismo, espiritismo e hipnotismo e fazia menção aos acontecimentos de Juazeiro como sendo “*impropriamente intitulados de milagrosos...*”. Exortava, então, aos fiéis de sua paróquia para recorrer à explicação teológica de tais acontecimentos.

Esta era uma forma de reforçar a Igreja Católica em sua prática erudita, restringindo o espaço para a prática religiosa popular que como já expressamos anteriormente, coexistia em nossa sociedade desde a chegada do primeiro sacerdote.

⁽⁸⁾ José Manuel Sanz del Castillo. O movimento da Reforma e a “paroquialização” do espaço eclesial do século XIX ao XX. In: Fernando Torres-Londoño, op. cit., pp. 100.

Em São Paulo, na década de 1860, o bispo Dom Joaquim de Mello tomava medidas para a criação de seminários reformados como uma forma de ajudar na reestruturação da Igreja, uma amostra de que havia necessidade de reformar o clero para adequar a hierarquia interna e, sobretudo defender a liberdade e autonomia da Igreja, em suma, reforçar a instituição eclesiástica diante do Estado. Liberdade que cada vez mais levava a Igreja a uma introspecção, isto é, a de se preocupar muito mais com sua reorganização interna do que se envolver nas questões sociais que, naquela época, eram especialmente preocupantes, tais como a abolição da escravidão e Guerra do Paraguai, entre outros⁹.

Em resumo, “Romanização” foi o nome dado, no Brasil, para as reformas promovidas por Pio IX com o objetivo de reforçar a autoridade do Papado, que vinha se desgastando desde a cisão da cristandade no século XVI, após a Reforma Protestante, seguida da ascensão das monarquias absolutistas, a laicização e depois a racionalização do pensamento, as revoluções liberais e a consolidação do capitalismo no XIX. Tratava-se de desenvolver esforços no sentido de reformulação política e administrativa voltadas para a ampliação do poder de Roma sobre questões de liturgia, disciplina e nomeações, além de valorização e veneração da pessoa do Papa e o reestabelecimento do óbolo de São Pedro.

As repercussões na Igreja católica no Brasil ocorreram no sentido aprofundar a dependência em relação a Roma, no estabelecimento de regras mais rigorosas na formação do clero, vinda de padres estrangeiros, entre outras. Entretanto, a mudança não alterou de maneira substancial as alianças sociais que garantiam a inserção e função da instituição na vida social brasileira.¹⁰

Em Campinas, especificamente, a história da igreja no final do século XIX é marcada por alterações e inovações que no conjunto representaram um primeiro momento de reforma interna frente aos desafios

⁽⁹⁾ Ibid., pp. 98.

⁽¹⁰⁾ Ver Luiz Gonzaga de Souza Lima. *Evolução política dos católicos e da Igreja no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1979.

do novo contexto social. Em primeiro lugar temos a centralização dos serviços religiosos na cidade, deixando de ser uma Igreja das fazendas, sob proteção e controle dos senhores de Engenho. Esta mudança não implicou num rompimento com os proprietários rurais, mas em uma abertura do leque social que compunha seus quadros de apoio. Além dos fazendeiros de café, também o comerciante da cidade e os profissionais liberais passaram a desempenhar um papel decisivo na reformulação e sobrevivência da instituição.

Por outro lado, aconteceu a reorganização da Irmandade do Santíssimo Sacramento em 1847. Tal reorganização significou, na prática, a criação da irmandade em Campinas. Substituiu duas irmandades que agrupava os chamados “homens bons” da cidade: a Ordem Terceira do Carmo e a de São Francisco. Os critérios de composição dos membros eram essencialmente sociais e raciais. Enquanto a Irmandade do Santíssimo congregava os brancos pertencentes aos grupos dominantes, rurais e urbanos, outras irmandades, como a São Benedito e Rosário, ficavam reservadas aos pobres, pardos e negros. Além de espaços de sociabilidade numa sociedade marcada pela segregação, funcionavam como grupos de defesa de interesses. A Irmandade do Santíssimo, especificamente, teria representado a principal base de apoio da Igreja num contexto de grandes transformações e na passagem que teve que realizar do mundo rural para o urbano. Entre outras realizações, sua participação foi decisiva na conclusão das obras da matriz nova, inaugurada em 1883. Esse também foi um dos aspectos relevantes da reforma da Igreja em Campinas no final do século XIX, além da criação, em 1870, de sua segunda paróquia. No conjunto, estas mudanças representam uma tentativa de inserir a instituição num contexto marcado por alterações sociais cujas raízes identificamos no processo de modernização econômica e urbana da virada do século XIX para o XX.¹¹

A Reforma, como mais tarde a Restauração limitaram a ação missionária do pároco, ao ficar preocupado na reorganização interna de

⁽¹¹⁾ Ver a esse respeito Luiz Roberto Benedetti. Os santos nômades e o Deus estabelecido. op. cit. pp.105.

sua paróquia, a Igreja também ficou fechada em si mesma e as congregações perderam a oportunidade de por em prática sua função missionária passando a ocupar-se apenas com a doutrinação da sociedade e “com isto a Igreja nesse período apresentou limites a sua missionariedade”¹²

Contudo, a paróquia ganhou novo dinamismo e importância e tornou-se a “célula viva” da Diocese, mediadora entre o povo de Deus e a hierarquia eclesiástica. Assume, por outro lado, um caráter pastoral, mas também, militante e político. Com esta função o pároco é a figura fundamental que administrará com sabedoria essa mediação.

Todavia, é importante assinalar que a religiosidade popular praticada desde os tempos coloniais, não foi completamente substituída pela influência da romanização. Houve sim, uma recriação dessas práticas que permanecem vivas até hoje no cotidiano dos católicos. Continuam, por exemplo, a devoção aos santos milagrosos promovendo festas e romarias em sua homenagem como uma manifestação de fé e devoção. O catolicismo popular continua vivo entre as diversas camadas sociais dando um sentido à vida e à morte, ao sagrado e ao profano, dentro da diversidade.

Se o ultramontanismo pretendia homogeneizar o catolicismo na exteriorizações da fé através de uma linguagem única confrontou-se com uma sociedade pluralista que resistiu a essa nova forma de espiritualidade. Também, devemos reconhecer que a diversidade de práticas religiosas desse mundo plural assinalou novos caminhos ao catolicismo que, através de um olhar mais ecumênico pode recuperar parte dessa religiosidade popular e da participação dos leigos.

A tendência tradicionalista e conservadora da Igreja foi, pouco a pouco, deixando espaço para a pastoral e ecumênica, que encarna elementos fundamentais da modernidade. Por isso, o Concílio Vaticano II foi, por excelência “o Concílio da Modernidade, pelo qual a Igreja católica se reconcilia com a cultura Moderna”¹³

(12) Paulo Fernando Diel. A paróquia no Brasil na restauração católica durante a Primeira República. In: Fernando Torres-Londoño, op. cit., pp. 169.

(13) João Batista Libanio. Igreja Contemporânea. Encontro com a modernidade. São Paulo, Ed. Loyola, 2000, pp. 75.

Outro fator veio contribuir para a consolidação do processo de romanização. É sabido que Campinas e região foi receptora de um número importante de imigrantes que, em sua maioria ia para trabalhar nas fazendas de café, produto que se encontrava em expansão. Além disso, com a abolição do tráfico de escravos e a conseqüente redução do número de escravos para a lavoura, os fazendeiros da região tentaram, como solução ao problema, a mão-de-obra estrangeira. A primeira experiência com a mão-de-obra livre ocorreu na fazenda de Ibicaba, em Limeira, município de Campinas. Embora inicialmente fracassada, a experiência foi melhorada e ficou definitivamente implantada na região.

É importante ressaltar que a maioria dos imigrantes chegava em grupos familiares e que 75% deles era de procedência italiana, seguidos pelos portugueses, espanhóis e outras nacionalidades. Os italianos emigraram, em sua maioria, na época em que Itália estava recém unificada, porém, a unidade cultural e social não tinha sido conseguida imediatamente. Falavam seus dialetos de origem e mantinham seus costumes locais. Todavia, um fator unia essa diversidade cultural: a religião católica. Tal vez por isso, a imigração italiana era de todas a melhor aceita pelas autoridades brasileiras que viam na introdução de imigrantes que professavam outras religiões, um perigo para a religião oficial.

Se por um lado este era um fator de união, por outro, era necessário dar auxílio religioso a essa leva de imigrantes que dia a dia chegava ao Brasil e a nossa região. Todavia, ser católico na Europa era diferente que no Brasil, o seja, a exteriorização da religião tinha manifestações diferentes. Em quanto no Brasil, como já dizemos, era praticamente leigo, com uma organização espontânea em irmandades e ordens terceiras, com procissões, romarias e festas organizadas por leigos, entre os italianos sua prática religiosa estava na missa, no cumprimento dos sacramentos e sobre tudo, na comunhão e na confissão. Neste sentido, o sacerdote, o templo e a prática religiosa eram inseparáveis¹⁴.

(14) Pe. Pedro Cobalchini. Pastoral do Imigrante. Um desafio para o Brasil. São Paulo, Edições Loyola/CEPEHIB, 988, pp. 10.

Toda esta situação contrastava com a do Brasil onde, a escassez de sacerdotes e as enormes distâncias permitiam o enraizado de práticas de um catolicismo místico e popular, porém, de grande devoção. Por isso, a prática do catolicismo entre os imigrantes nos primeiros tempos assemelhava-se muito à do período luso-brasileiro. À falta de padres, os próprios colonos praticavam sua religião no seio do lar, construíam os “capitéis” ou pequenas capelinhas onde se reuniam com os familiares e vizinhos¹⁵. Outras vezes contavam com as capelas construídas pelos proprietários das fazendas onde celebravam os cultos quando o padre podia ir até a fazenda para a celebração das missas ou dos sacramentos. Com a chegada dos sacerdotes, a maioria das vezes solicitada com insistência pelos colonos, essa vida religiosa foi mudando para uma prática da religião muito mais rígida e de acordo com as raízes européias.

A CRIAÇÃO DA DIOCESE DE CAMPINAS EM 1908

A criação da Diocese de Campinas, em 1908, simboliza a consolidação e o aprofundamento de uma linha de atuação religiosa e política da Igreja. A separação entre a Igreja e o Estado, a partir da Proclamação da República, o fim, portanto do oficialismo católico e do monopólio religioso da Igreja, exige uma reestruturação radical da instituição. Há uma sistematização do processo de reformas que já vinham caminhando no período anterior e a definição de atuação mais incisiva voltada para a manutenção de principal religião da sociedade brasileira. Os movimentos que traduzem a nova postura podem ser definidos em quatro aspectos inter-relacionados: centralização e controle efetivo da instituição sobre as diversas dimensões do campo religioso, onde se destaca o papel fundamental desempenhado por vários de seus membros; expansão das paróquias coladas à dinâmica de expansão da cidade e a criação de mecanismos de intervenção na sociedade civil no campo da educação,

⁽¹⁵⁾ Riolando Azzi. *Os Salesianos no Brasil à luz da História*. São Paulo, Ed. Salesiana Dom Bosco, 1982, pp. 11.

assistência social e imprensa. A composição e formação dos quadros humanos para concretizar essas iniciativas aparecem na proliferação das ordens religiosas e das congregações masculinas e femininas em Campinas num número significativo.

O ano de 1908 é uma data importante para a população católica de nossa cidade: a criação do Bispado de Campinas ocorrido a 7 de junho de 1908 por Breve do S.S Papa Pio X e instalado a 1º de novembro desse mesmo ano com a posse do primeiro bispo. A nova diocese era o resultado da “*execução do Decreto Consistorial de 7 de junho de 1908 pelo qual a diocese de São Paulo fora elevada a Arquidiocese, dela fazendo parte a Diocese de Curitiba, desanexada da província eclesiástica de São Sebastião do Rio de Janeiro e as cinco novas Dioceses de Taubaté, Campinas, Botucatu, São Carlos e Ribeirão Preto, fixando anexo à Arquidiocese como parte integrante do seu território o Santuário de Nossa Senhora Aparecida*”.¹⁶

A Diocese de Campinas nasceu no meio do processo de romanização da Igreja. Foi seu primeiro *Bispo D. João Batista Corrêa Nery* que teve como seu *Bispo Auxiliar* a *D. Joaquim Mamede da Silva Leite* entre 1916 e 1920. Acreditamos, portanto, levando em conta o momento de transição que vivia, que Pe. Nery como pároco teve a difícil missão de aproximar ambos planos do religioso: a vivência popular da religião católica e a prática da doutrina oficial da Igreja Católica.

A obra de *D. Nery* deve ser compreendida a partir de sua trajetória como vigário da Matriz da Santa Cruz, em 1888, em Campinas e mais tarde como bispo de Espírito Santo e de Pouso Alegre. Efetivamente, como vigário na Matriz da Santa Cruz, Pe. Nery dedicou-se a restaurar o culto católico e as práticas religiosas na vida religiosa da cidade. Em outras palavras, foi Pe. Nery quem teve a missão de romanizar o culto religioso em nossa cidade procurando atrair os fiéis para a prática religiosa de acordo com as novas diretrizes de Roma, incorporando as práticas religiosas

⁽¹⁶⁾ POLIANTÉIA do Cinquentenário da Diocese de Campinas, Estado de São Paulo, Brasil, 1908-1958, Campinas, PAULUS, 1959.

populares ao universo da paróquia que teve, a partir desse momento, a função de normatizar a vida religiosa da cidade.

Com a criação da escola paroquial de Santa Cruz, uma de suas mais importantes obras, incentivou como professor, não apenas o ensino, mas também o despertar da vocação pelo sacerdócio entre os meninos que a freqüentavam. Nesta escola estudaram Francisco de Campos Barretos, Joaquim Mamede da Silva Leite, Samuel Fragoso, João Martins Ladeira, José Ladeira e Otávio Chagas de Miranda que futuramente se projetariam na vida religiosa da cidade e do país.

Foi também fecundo seu trabalho fundando associações católicas, criando irmandades e sociedades de cultura religiosa, de piedade e caridade, tais como a Conferência Vicentina da Santa Cruz, jornais católicos, como *A verdade* e o *Circulo Católico São José* e instituindo festas religiosas, como o mês de Maria, promovendo desta forma, uma maior participação do povo campineiro na vida religiosa da cidade em torno da paróquia.

Encontrava-se em plena tarefa quando a grave epidemia de febre amarela flagelou a cidade alastrando-se rapidamente durante os primeiros meses de 1889. As lembranças dessa epidemia estão registradas em inúmeras obras sobre a história da cidade que descrevem o impacto sobre a população, que se reduziu enormemente devido às mortes e ao abandono. Padre Nery levava o socorro religioso aos doentes e o conforto aos familiares, preocupando-se também com as crianças órfãs e com as viúvas. Para essas crianças fundou, com o que arrecadava das esmolos e donativos que recebia, o Liceu de Artes e Ofícios, no bairro de Taquaral, origem do atual Colégio dos Salesianos: o Liceu de Nossa Senhora Auxiliadora.

Em 1894 foi transferido para sua nova paróquia, a Matriz de Nossa Senhora da Conceição. Porém, pouco tempo depois, em 1895, o Papa Leão XIII nomeou-o bispo de Espírito Santo onde se dedicou às visitas pastorais e à catequese dos índios botocudos. Em 1901 D. Nery foi

novamente transferido para a recém criada diocese de Pouso Alegre, no Sul de Minas, onde exerceu o bispado até sua nomeação para Campinas, em 1908.

Efetivamente, no dia 7 de junho de 1908 o Papa Pio X criou o bispado de Campinas e nomeou D. Nery bispo da recém criada Diocese. De retorno a sua cidade natal em agosto de 1908 como bispo, D. Nery retomou sua antiga preocupação com o ensino para os pobres e com a propagação da fé. Para levar adiante o primeiro propósito, criou o Ginásio Diocesano e o Seminário Santa Maria, uma Escola Agrícola gratuita que funcionava junto ao Liceu N. S. Maria Auxiliadora, mantida pela Associação Agrícola de Educação e Assistência, a creche de Bento Quirino e o Colégio Coração de Jesus.

Em 1909 criou o Cabido Diocesano integrado por dez sacerdotes escolhidos em função de suas qualidades morais e intelectuais. Para a propagação da doutrina católica fundou *O Mensageiro*, mais tarde chamado *A Tribuna*, jornal de orientação católica que circulava semanalmente e servia como canal de comunicação com a sociedade católica campineira.

Sua primeira pastoral foi dedicada às obras sociais. Também realizou numerosas visitas à diocese e promoveu o Congresso Católico Diocesano, em 1911, por ocasião de seus vinte e cinco anos de sacerdócio. Nessa ocasião pronunciou uma Carta Pastoral que, junto à Carta Pastoral de Despedida da Diocese de Espírito Santo (1901) e a Carta Pastoral de Despedida da Diocese de Pouso Alegre e Campanha, foram referências para sua indicação para o Instituto Histórico Brasileiro e do Estado, cargo que não chegou a assumir.

Novamente em 1918 a cidade foi flagelada por outra epidemia, a “gripe espanhola” que vitimou muitos campineiros. D. Nery, tal como o fez nos tempos da febre amarela, não poupou esforços para auxiliar a população fazendo distribuição gratuita de leite e alimentos às famílias carentes e habilitando o Ginásio Diocesano para ser utilizado como hospital de emergência.

A morte relativamente prematura, à idade de 57 anos, encerrou uma vida dedicada à prática cristã e à propagação da fé. D. Nery, expressão

de uma época, faleceu na manhã de 1º de fevereiro de 1920 em sua cidade natal, Campinas, onde nascera a 6 de outubro de 1863¹⁷.

Durante o bispado de D. Nery, também observamos a chegada de várias congregações a nossa cidade: em 1908, as Irmãs da Congregação Calvariana, em 1910, as Franciscanas do Coração de Maria, em 1911, as Irmãs Dominicanas de Santa Catarina, e em 1915, D. Nery autorizou a fundação de uma Casa religiosa dos Missionários do Sagrado Coração de Jesus.

Entre 1880 e 1920 chegaram ao Brasil 37 novas congregações masculinas e 97 femininas que introduziram devoções que eram tradicionais na Europa, mas quase desconhecidos aqui. Por exemplo, o culto ao Sagrado Coração de Jesus, a São José e a Virgem Maria começou a ocupar espaço entre o povo brasileiro. São José e Maria remetem à Sagrada Família como exemplo de virtude cristã. Surgem também novas festas e novas devoções, controladas pelo pároco e não mais pelos leigos. Novas associações atuam sobre a jurisdição da paróquia: São Vicente de Paulo, o Apostolado da Oração, as Senhoras da Caridade, as Filhas de Maria, bem como as Congregações Marianas, Congregação do Sagrado Coração de Jesus, ao Sagrado Coração de Maria, a União Católica de Moços, a Associação dos Paes e Mães Cristã, entre outros. Nesta fase, como nas anteriores, a substituição do imaginário religioso não deixou de ser conflitante, quando as imagens dos novos santos trazidos da longínqua

⁽¹⁷⁾ Filho de Benedito Correa de Moraes e d. Maria do Carmo Neve, em 1871 tinha ingressado no número de coroinhas do padre Joaquim José Vieira, na igreja da Santa Casa de Misericórdia e desde 1874 cursou o colégio "Culto à Ciência". Entrou no seminário de São Paulo em 1880 e seis anos mais tarde, na capela do Seminário recebia o presbiterado, com dispensa de idade, ordenado pelo bispo de São Paulo D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho. Pe. Nery celebrou sua primeira missa na Matriz de Santa Cruz em Campinas e, devido ao estado de saúde do vigário Francisco de Abreu Sampaio, foi nomeado pró-pároco a 1º de abril de 1887 e em 12 de fevereiro de 1888, vigário de freguesia cargo que ocupou após a morte do padre Francisco. Aos 26 anos, padre Nery já era cônego em Campinas, em 1894, bispo de Espírito Santo, em 1901, bispo de Pouso Alegre, Sul de Minas e em 1908, primeiro Bispo de Campinas, tomando posse no 1o. de novembro desse ano. Foi seu Bispo auxiliar D. Joaquim Mamede da Silva Leite (1916-1920).

Europa tiveram que compartilhar o espaço do altar com os santos das devoções populares brasileiras.

Devemos lembrar que as novas congregações passaram a conviver com associações e irmandades já existentes na cidade, integradas por negros, mulatos ou brancos ricos. Estas irmandades, como já dissemos, pouco a pouco foram perdendo seu papel religioso, para desempenhar outras funções na sociedade, porém, estreitamente vinculadas ao vigário e a sua paróquia. Assim, por meio destas irmandades e associações os leigos se incorporaram ao universo eclesial participando desde o interior da irmandade ou da associação em obras de ação social promovidas pela paróquia.

As congregações religiosas tiveram papel importante na difusão do novo perfil assumido pela Igreja dedicando-se a obras devocionais, religiosas, assistenciais e de educação, controlando especialmente este último campo de atuação. Neste caso, podemos mencionar a criação do Liceu Nossa Senhora Auxiliadora, dos padres salesianos (1897); o Colégio Progresso Campineiro (1900); o Colégio do Sagrado Coração de Jesus (1909); o Colégio Arquidiocesano Santa Maria (1918); a Escola Técnica de Comércio São Luiz (1921) e o Colégio Ave Maria (1930).

Paralelamente funcionavam as escolas paroquiais destinadas às crianças pobres. Da mesma forma, as obras assistenciais tinham uma função social e também religiosa, na medida em que as religiosas levavam a palavra e a caridade aos hospitais, como na Santa Casa, criada pelo cônego José Joaquim Vieira durante a febre amarela, aos asilos de órfãos e de velhinhos carentes.

A obra de D. Nery foi coadjuvada por *D. Joaquim Mamede da Silva Leite*, seu *Bispo Auxiliar* entre 1916 e 1920¹⁸. Formado em Filosofia

⁽¹⁸⁾ A vida de D. Mamede está ligada a trágica perda de seus pais durante a epidemia da febre amarela que assolou a cidade de Campinas, quando ele e seu irmão Maximiano foram entregues pela própria mãe em seu leito de morte ao então padre João Batista Correia Nery. Ambos entraram no seminário com a autorização de seu tio Francisco Monteiro de Carvalho e Silva.

recebeu o cargo de Prefeito da Recreação, que era confiado aos Teólogos. Joaquim e seu irmão Maximiano foram enviados para Roma, a fim de completar seus estudos na Universidade Gregoriana em Filosofia. Voltando ao Brasil em setembro de 1898, a convite de D. Nery, completou seus estudos teológicos no Seminário da Penha, Diocese do Espírito Santo. Depois de ordenado, em 1900, foi nomeado vigário de Vila Velha e recebeu o encargo de administrar o Santuário da Paróquia de Vila Velha, antiga capital do Espírito Santo.

Quando D. Nery foi nomeado Bispo em Pouso Alegre, Sul de Minas, em 1901, padre Mamede o seguiu como seu secretário particular. Depois foi nomeado Cônego da Catedral e Presidente do Conselho Central do Apostolado da Oração da Diocese de Pouso Alegre. Em seguida D. Nery o nomeou Reitor do Gymnasio e Seminários Diocesanos. No dia 25 de Junho de 1916 foi nomeado bispo Auxiliar de Campinas e bispo titular de Sebaste de Laodicéia, na Frígia, Ásia Menor.

Com a morte de D. Nery em 1920, D. Mamede foi nomeado *Vigário Capitular da Sede Vacante* até a nomeação de D. Francisco de Campos Barreto como segundo bispo de Campinas. Eleito Bispo de Caratinga (MG) renunciou a nomeação sendo então, transferido para a Arquidiocese do Rio de Janeiro a convite de D. Sebastião Leme. Foi nesta cidade onde D. Mamede continuou sua obra em favor dos mais desprotegidos da sociedade, principalmente os doentes, os presos, as crianças de rua e os mendigos. Faleceu em Petrópolis no dia 22 de Março de 1947, sendo sepultado no cemitério de Catumbi da Ordem do Carmo do Rio de Janeiro. Como expressão de gratidão e homenagem, seu corpo foi sepultado na Catedral Metropolitana.

O bispado de *D. Francisco de Campos Barreto* teve início em 1920 e terminou em 1941. Poderíamos dizer que coincide com um movimento ocorrido no interior da Igreja Católica, conhecido como a Restauração Católica e que teve importantes repercussões no mundo católico e no Brasil. Este movimento que ocorreu a partir da segunda década do século XX, tem sua referência no pontificado do papa Pio XI e na assinatura do Tratado de Latrão (1920), momento em que o Estado Italiano e o Vaticano chegam a um acordo sobre o Estado Pontifício. Foi um momento importante

para a Igreja que a partir daí tratou de firmar-se no mundo restaurando seu poder espiritual e sua influência junto à sociedade.

No Brasil essa nova postura da igreja mobilizou o fervor religioso e sua implantação se realizou com a colaboração dos colégios religiosos, de diversas associações religiosas, da imprensa, dos institutos religiosos masculinos e femininos e, sobretudo, através de Ação Católica. Neste sentido, a Ação Católica e aquelas instituições católicas leigas consideravam que sua missão era a de contribuir à transformação da sociedade através do cumprimento da ação cristã. Também, houve uma aproximação entre o Estado e a Igreja ao constatar inimigos comuns entre os comunistas, socialistas e anarquistas.

A Igreja foi ao encontro do povo, se expandiu numa tentativa de levar a instrução religiosa e ampliar através dos valores cristãos, sua influência na sociedade. A realização e a concretização desta tarefa correspondeu aos bispos e aos párocos através da pregação do catecismo, das visitas pastorais às capelas existentes nas zonas rurais, da imprensa católica na forma de pequenos jornais, folhetos, folhas, etc., e das Cartilhas da Doutrina Cristã e livros de História Sagrada, criados para tal função. Toda esta obra devia contar com o apoio de leigos, dando ao espaço paroquial uma nova dinâmica.

Também a preocupação do ensino religioso foi uma constante entre os bispos brasileiros. Procurando desafiar a atitude governamental frente ao ensino leigo, os bispos aconselhavam a criação de escolas paroquiais como uma forma de levar às crianças uma educação espiritual. Essa preocupação com o ensino abrangia todos os estágios, incluindo a universidade, tentando formar os futuros profissionais e políticos capazes de atuar dentro dos valores cristãos.

Em Campinas *D. Francisco de Campos Barreto*, já em sua Primeira Carta Pastoral Saudando aos Diocesanos em 1920, mostrava sua preocupação por desenvolver sua ação pastoral dentro desses princípios ao instituir a Adoração Perpétua do Espírito Santo em 1921, reformar a Liga de São José, escrever cinco pastorais relativas ao cumprimento dos mandamentos como “remédio único” para os cristãos e sobre a importância da imprensa católica como meio de comunicação entre os cristãos.

D. Francisco de Campos Barreto, antes de sua eleição como bispo de nossa cidade, e como vigário da Matriz da Santa Cruz desde 1904 desenvolveu uma ativa vida religiosa buscando introduzir algumas reformas na condução da sua paróquia. Por aquela época fundou a União de Santo Agostinho, a Associação das Mães Cristãs, a Liga do Menino Jesus, a Venerável Ordem Terceira do Carmo, iniciou a publicação de uma pequena folha o *Mensageiro Paroquial* e escreveu o livro *A Igreja Católica e o Protestantismo Perante a Bíblia*, entre outras.

Durante o seu bispado continuaram a chegar congregações. Em 1926, vieram os Estigmatinos, as Carmelitas Descalças e, em 1928, as Missionárias do Jesus Crucificado.

Também, a divulgação do pensamento, da ação e dos valores católicos tinha um valioso veículo de divulgação e de ação cristã no “*O Mensageiro*”, um jornal que circulava semanalmente desde 1909 por obra de D. Francisco e que em 1921 foi substituído pelo “*A Tribuna*” que atualmente é de circulação mensal. Os padres tinham também um jornal de circulação restrita titulado “*Amigo do Clero*” e sua função era levar aos sacerdotes questões relativas às normas morais.¹⁹

Incentivou também, a circulação de folhetos, folhas e pequenos jornais de divulgação das congregações e associações religiosas que desta forma manteriam melhor comunicação com a comunidade. Estas e outras medidas, tais como a criação de um programa de rádio católico - *A Hora Católica* - pelo bispo D. Barreto, promoviam a aproximação da Igreja com o povo de Campinas e reforçavam sua presença numa sociedade que se transformava rapidamente.

Como Bispo de Campinas *D. Francisco* convocou e dirigiu os trabalhos do Sínodo Diocesano de 1928, reorganizou a Cúria, a imprensa diocesana e o Seminário Diocesano construindo também um novo prédio, reorganizou e deu nova Constituição à Congregação das Irmãs Franciscanas do Imaculado Coração de Maria, que transferiu de Piracicaba para Campinas construindo para elas o Colégio Ave Maria; fundou o Instituto das Missionárias de Jesus Crucificado, reformou a Catedral e construiu um novo Palácio Episcopal, a Academia de Comércio e o Ginásio S. Luiz, deu

⁽¹⁹⁾ Pe. Luiz Roberto Benedetti, Op. Cit., pp. 161.

incentivou a criação de paróquias e de Matrizes, bem como criou as Vigárias Forâneas. Fundou asilos, o Carmelo de Santa Terezinha e casas religiosas destinadas à educação dos jovens.

Foi o precursor da Ação Católica em Campinas e o idealizador da Universidade Católica, hoje Pontifícia Universidade Católica de Campinas. A Ação Católica e a atuação dos leigos teve uma influência importante nos novos rumos que a Igreja deveria seguir. Segundo João Batista Líbano²⁰, foram os leigos que levaram para o interior da Igreja os problemas da vida moderna através dos estudantes (JEC), dos universitários (JUD), dos operários (JOC, ACO), do trabalhador do campo (JAC) e pessoas de meios independentes (JIC), comprometendo cada vez mais o engajamento político dos católicos. Em sentido oposto, o leigo precisando de uma formação espiritual e teológica, se aproximou da Igreja na tentativa de adquirir experiência no campo da reflexão teológica. Desta forma, o leigo e o sacerdote receberam a influência recíproca da compreensão moderna da religião numa sociedade em transformação. Nesta obra empenhou-se D. Francisco.

Como podemos observar parte da ação pastoral desenvolvida por D. Francisco em Campinas se inspirava nas diretrizes da Igreja romana dentro dos princípios do movimento da Restauração Católica. D. Francisco, que nasceu em Campinas a 28 de maio de 1877 faleceu em sua cidade natal no dia 22 de agosto de 1940, aos sessenta e quatro anos de idade, sendo sepultado na Catedral.

Logo após a morte de D. Barreto, S. S. o Papa Pio XI concedia a *D. Paulo de Tarso Campos*²¹ a sucessão, nomeando-o bispo a 17 de

(20) João Batista Líbano, op. cit., pp. 93.

(21) Com a criação da Arquidiocese de Campinas em 1958, D. Paulo foi seu Primeiro Metropolitano, sendo empossado no dia 16 de Novembro de 1958 quando recebeu o Palio das mãos de S. Excia. Revma. D. Armando Lombardi. Nasceu em Jaú a 24 de Agosto de 1895. Seus estudos eclesiásticos realizaram-se no Seminário Menor de Pirapora. No Seminário Provincial de São Paulo foi ordenado Sacerdote a 15 de Agosto de 1920, na Igreja da Consolação. Foi Vice-comissário da Venerável Ordem Terceira do Carmo. De 1923 a 1928 exerceu o magistério no Seminário Provincial de São Paulo seguindo para Lovaina, Bélgica, para aprimorar seus estudos de Ciências Sociais. De volta ao Brasil em 1931, reassumiu a sua cadeira no Seminário. Em Março de 1932 foi nomeado pároco da Paróquia de Santa Cecília, em São Paulo. Em Junho de 1935, S. S. o Papa Pio XI o elegeu Bispo de Santos.

Dezembro de 1941. Em março desse ano tomou posse da Diocese de Campinas.

Sua obra no campo educacional foi ampla, realizou as obras do Seminário da Imaculada, completou a obra iniciada pelo seu antecessor de criação da Universidade Católica de Campinas, da qual foi Grão-Chanceler e trabalhou como segundo reitor da PUC-SP e como Presidente de Secretariado Nacional da Educação. No campo eclesiástico e canônico criou numerosas paróquias e a nova Cúria Arquidiocesana, no campo religioso e apostólico a realização do Congresso Eucarístico Diocesano em 1942 e a criação da cruzada das senhoras católicas.

O CONCÍLIO VATICANO II E A IGREJA DE CAMPINAS

O Concílio Vaticano II assinala um marco importante na História da Igreja. Convocado por João XXIII e aberto no dia 11 de outubro de 1962, teve dois princípios fundamentais que a partir daí iriam nortear o mundo católico: *“abrir a doutrina tradicional ao pensamento moderno e promover a unidade da família cristã e humana”*²².

Este clima renovador também gerou conflitos no interior do clero. Os mais tradicionalistas e os progressistas tinham diferentes expectativas em relação à modernidade e sobre o papel que deveria a Igreja desempenhar. Todavia, as propostas de abertura ganharam espaço e começou a surgir uma Igreja renovada, onde predominou sua vocação pastoral e uma maior aproximação da comunidade através da reforma litúrgica e da substituição do latim pelas línguas locais.

O Concílio Vaticano II promoveu, portanto, uma profunda revisão do percurso da Igreja e propôs ir a encontro do mundo contemporâneo em suas diferentes experiências e contradições. A hierarquia no interior da Igreja também foi cedendo espaço para uma maior participação do clero em suas diversas instâncias bem como dos leigos,

⁽²²⁾ João Batista Libânio, op. cit., pp. 70.

que a partir de sua comunidade contribuíam com o dia a dia de suas experiências para a renovação da Igreja. Trouxe também inúmeras transformações para o mundo católico. Desde a renovação da vida nos conventos, nos seminários e nas comunidades católicas, podemos dizer que o mundo católico sentiu novos ares renovadores, que anunciavam novas tensões, porém, onde prevaleceu o espírito transformador. Por outro lado, nas paróquias de nossa cidade, a renovação litúrgica e o uso do português nas missas permitiram uma maior compreensão do culto e de aproximação com liturgia cristã.

Neste contexto, dois movimentos opostos preparavam o terreno para o Concílio Vaticano II: o Movimento por um Mundo Melhor (MMM), fundado por Pe. Ricardo Lombardi e a Ação Católica. Embora por caminhos diferentes e tal vez opostos, abriram caminho para o diálogo com a sociedade dentro de um espírito cristão.

O MMM foi proclamado pelo Papa Pio XII em 1952 e teve como difusor no Brasil Pe. José Marins, que nos anos sessenta era padre na diocese de Botucatu. Sua proposta, que foi uma das pontas de lança da Igreja no pontificado de Pio XII, era a de formar “verdadeiros cristãos convictos e por opção”²³. Pe. Marins percorreu o Brasil orientando por meio de cursos a renovação apostólica - espiritual - comunitária, para sacerdotes, religiosas e cristãos em geral.

A Ação Católica começou a dar seus primeiros passos no Brasil entre 1932 e 1935. Inicialmente com a participação de adultos e jovens das classes médias, na década de 50 abriu espaço para a participação das camadas populares anunciando as mudanças que viriam penetrar pouco mais tarde, na Igreja. A Ação Católica e a atuação dos leigos a partir dela, teve uma influência importante nos novos rumos que a Igreja deveria seguir. Ainda, segundo João Batista Líbano²⁴, foram os leigos que levaram para o interior da Igreja os problemas da vida moderna através dos estudantes (JEC), dos universitários (JVD), dos operários (JOC, ACO), do

⁽²³⁾ Pe. Luiz Roberto Benedetti, op. cit., p. 95.

⁽²⁴⁾ João Batista Libanio, op. cit., p. 59.

trabalhador do campo (JAC) e pessoas de meios independentes (JIC), comprometendo cada vez mais o engajamento político dos católicos.

Em sentido oposto, o leigo precisando de uma formação espiritual e teológica, se aproximou da Igreja na tentativa de adquirir experiência no campo da reflexão teológica. Desta forma, o leigo e o sacerdote receberam a influência recíproca da compreensão moderna da religião numa sociedade em transformação.

Também a Igreja de Campinas passou por uma renovação pastoral. Em março de 1941 quando *D. Paulo de Tarso Campos* tomou posse da Diocese junto com seu *Bispo Auxiliar D. Bernardo José Bueno Miele*, essas mudanças já se anunciavam. Já por essa época, Campinas e seu entorno, se encontravam em meio a um processo de transformações socio-econômicas que a colocavam como um novo pólo de desenvolvimento no estado de São Paulo. Além disso, desde os anos 50 importantes movimentos migratórios contribuíram para dar uma nova configuração ao espaço urbano e promover o crescimento do município de Campinas.

Numa tentativa de fortalecer a presença da Igreja, no campo educacional *D. Paulo de Tarso Campos* criou o Seminário da Imaculada e completou a obra iniciada pelo seu antecessor de criação da Universidade Católica de Campinas, da qual foi Grão-Chanceler. Trabalhou como Segundo Reitor da PUC-São Paulo e como presidente do Secretariado Nacional da Educação.

Criou a Cruzada das Senhoras Católicas, numerosas paróquias e a nova Cúria Arquidiocesana. Além disso, durante seu bispado chegaram à cidade oito congregações: os Irmãos Maristas (1942), os Beneditinos, em Vinhedo (1947), os Beneditinos, em Campinas (1949), os Jesuítas (1950), os Maronitas (1952), as Irmãs Franciscanas Missionárias (1948), as Cônegas do Santo Sepulcro (1949) y as Salesianas (1952). Durante o *Arcebispado de D. Paulo de Tarso* que se iniciou em 1958 chegaram os Irmãos de Santa Cruz (1960), os Missionários dos Santos Apóstolos (1965), as Oblatas da Assunção (1964) e as Irmãs de São Paulo de Chartres (1965).

Seu sucessor foi *D. Bernardo José Bueno Miele*. Bispo Auxiliar de D. Paulo De Tarso e Quarto Arcebispo Metropolitano (1972-1981)²⁵. Efetivamente, em 1962 foi nomeado Bispo Auxiliar de D. Paulo de Tarso Campos tendo recebido a ordenação episcopal na Catedral da Imaculada Conceição de Campinas, em 1963. Em 1967 foi nomeado Arcebispo Coadjuutor de D. Frei Felício César da Cunha Vasconcelos pelo Papa Paulo VI e neste mesmo ano foi nomeado por D. Felício, Vigário Episcopal. Em 1972, com o falecimento de D. Frei Felício César, D. Bernardo assumiu a Arquidiocese de Campinas.

O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO DOS ANOS 60 E 70 E A IGREJA CATÓLICA

As décadas de 60 e 70 foram complexas e difíceis para a sociedade brasileira e a Igreja de Campinas inserida também nesse momento contraditório da vida nacional, teve que suportar as pressões dos autoritarismos dos governos militares e as próprias divisões internas provocadas frente a essa situação.

Era Arcebispo de Campinas por essa época *D. Antonio Maria Alves de Sirqueira*, também Membro da Comissão Nacional para a Educação Católica, Comissão Representativa, Comissão Episcopal para Traduções Litúrgicas, Comissão Nacional da Basílica de Aparecida e membro a Ordem dos Cavaleiros de Malta.

Junto a este processo político, o desenvolvimento econômico trouxe como consequência um crescimento urbano acelerado cujas marcas mais visíveis são as favelas que ameaçavam já desde então, a se desenvolver em torno da cidade. No interior das favelas, seus moradores, os migrantes

⁽²⁵⁾ D. Bernardo nasceu aos 10 de setembro de 1923 em S. Bernardo do Campo - SP. Aos 22 anos de idade, ingressou no Seminário Central de Ipiranga, em São Paulo. Em 1947 seguiu para Roma, onde fez o curso de Teologia na Faculdade de Teologia da Universidade Gregoriana e em 1955 licenciou-se em Direito Canônico nessa universidade. Em 1961 foi nomeado Reitor do Seminário de Filosofia, em Aparecida do Norte.

de outros pontos do país e os pobres excluídos foram a grande preocupação da Igreja de Campinas que organizou grupos integrados por religiosos e leigos para dar assistência religiosa aos favelados. Mais tarde, em 1972, esses grupos adotaram como proposta as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) tal como outras comunidades do Brasil e da América Latina já o faziam.

As CEBs nasceram no interior das Vilas Planejadas - a de Costa e Silva e a de Miguel Vicente Cury - como um modelo alternativo eclesial. Nelas participaram Pe. Ercílio Turco, Pe. José Luiz Castro, Pe. Jacinto, Pe. Luiz Antônio Guedes e as Irmãs Franciscanas do Coração de Maria que iniciaram uma nova experiência na Congregação. Três religiosas foram morar na Vila Costa e Silva convivendo com as comunidades que ali se formaram. As CEBs favoreceram a participação dos leigos simples e pobres fazendo-lhes sentir sua importância dentro da Igreja. Por outro lado, todos os participantes se comprometiam com os problemas sociais mais profundos à luz do evangelho. Estes primeiros passos de aproximação com a sociedade foram seguidos mais tarde com as propostas de pastoral, que deveriam ser adotadas pelas paróquias da Arquidiocese. As CEBs que nasceram em 1966 ainda hoje continuam a envolver milhões de fiéis.

Sabemos que houve divergências, algumas paróquias se adaptaram a essas propostas e outras ofereceram resistências. Essas divergências permaneceram latentes, pois obedeciam a diferentes formas de entender a Igreja, num mundo que estava também ideologicamente dividido. Nessa ocasião, o futuro Arcebispo de Campinas *D. Gilberto Pereira Lopes* propunha uma forma de superá-la expondo em sua carta Pastoral dos 70 anos da Diocese de Campinas, seus princípios, os quais não deviam estar baseados numa opção ideológica, mas nos valores que emanam da vida de Jesus e do Evangelho.

Mesmo assim, na década do 80 a Coordenação Arquidiocesana de Pastoral, tendo em vista o trabalho realizado por outras dioceses do país e da CNBB (a nível regional e nacional) desencadeou outro processo, o de Planejamento Pastoral Participativo (PPP) tendo como inspiração as Diretrizes Gerais da Ação Pastoral da Igreja no Brasil (doc. 28, CNBB) para a definição dos objetivos de nossa Igreja.

D. Gilberto Pereira Lopes, 2º Arcebispo de Campinas, desde 1980 deixou claro em sua Carta Pastoral de janeiro de 1986 sua opção por aquelas linhas condutoras do PPP em sua Diocese (Carta Pastoral por ocasião do décimo aniversário do ministério episcopal em Campinas), cuja vigência foi de quatro anos.

Todavia, nesse período tinha sido constatado um descompasso entre os objetivos da Arquidiocese e a realidade social levando a uma dispersão dos planos iniciais. Todo esse processo, embora desarticulado, dava alguns resultados positivos na medida em que assinalava os problemas a ser resolvidos. D. Gilberto já tinha alertado sobre a necessidade de rever profundamente a forma de evangelizar. Além disso, a Igreja de Campinas devia se adequar ao novo Código de Direito Canônico. Estas questões foram abordadas em uma Assembléia Geral convocada por D. Gilberto na Arquidiocese onde revelou a necessidade de uma “*revisão ampla e profunda na vida da Arquidiocese*”, assinalando os inúmeros desafios da pastoral em nossa cidade, chamando atenção acima de tudo, para a explosão demográfica do município de Campinas que em 1988 já se aproximava de um milhão de habitantes. Daí ser a Pastoral Urbana, um dos maiores desafios para a Igreja de Campinas, para os cristãos da cidade e para as vocações sacerdotais que deveriam aumentar em número para atender às necessidades das paróquias e da Arquidiocese.

Desde 1980 chegaram a Campinas novas congregações que viriam reforçar a obra de evangelização proposta por D. Gilberto. São elas: os Sagrados Corações (1980), os Assuncionistas (1981), os Paulinos (1982), os Betarramitas (1983), os Padres e Irmãos para Surdos (1986), a Pequena Missão para Surdos (1996), os Missionários Oblatos e os Sacerdotes de São Tiago, entre as masculinas; as Irmãs de N. S. da Consolação (1983), as Apóstolas do Sagrado Coração de Jesus (1988), as Filhas de Maria Imaculada (1989), as Carmelitas Missionárias (1990), as Missionárias do Coração de Jesus Crucificado (1994), as Beneditinas da Divina Providência (1996) e as Carmelitas do Espírito Santo (1999).

Assim o trabalho da *Revisão Ampla* que se estendeu entre 1989 e 1991 teve um grande impacto na Igreja de Campinas e foi a fonte de

inspiração para a renovação pastoral, que tentava responder aos novos e renovados desafios que a evangelização enfrenta hoje, não apenas em nossa cidade, mas também no país e no mundo. Certamente, esse processo está aliado a uma série de fatores, porém, tal vez o mais importante é que a Igreja teve que responder preferencialmente, aos desafios da vida urbana.

O processo de industrialização²⁶ que se acelerou na década de 50 trouxe aparelhado um grande crescimento populacional com a chegada de contingentes massivos de migrantes de diversas regiões do país atraídos pelas possibilidades de trabalho. Campinas continua a abrigar cada vez mais indústrias e nos últimos anos da década de 70, como parte da política do governo do Estado de São Paulo, criava o Distrito Industrial de Campinas (DIC) que na década de 80 se transformou em um pólo de alta tecnologia.

Em todo esse período Campinas acumulou problemas sérios de moradia, transporte, saúde, entre outros, que levaram a uma degradação na qualidade de vida. Na década de 60, com o intuito de dar soluções ao problema de moradia foram criadas as Vilas Planejadas do Banco Nacional de Habitação. Todavia, essas vilas foram apenas um paliativo e paralelamente aumentou o número de favelas, onde as condições de vida desde então e até hoje, são preocupantes.

Esta situação que se estende ainda hoje por todo o território da Arquidiocese de Campinas, foi destacada por D. Gilberto Pereira Lopes

(26) É bom lembrar que as raízes da industrialização da cidade de Campinas e do conseqüente crescimento da população urbana estão ligadas à economia cafeeira, que liberou capitais no final do século XIX para o investimento industrial. Embora a indústria campineira dava seus primeiros passos em torno da indústria de tecidos, alimentos, couro e madeira, houve também o desenvolvimento do setor metalúrgico que atendia às necessidades locais. Por volta de 1940 o impulso do capitalismo trazia para Campinas indústrias, algumas delas de capitais nacionais e internacionais, como a Selmi, Leco, Rhodia, 3M, etc. Este processo se acelerou na década de 1950 com a entrada de outras grandes empresas, de capitais multinacionais como a Singer, Dunlop, IBM, Bendix, Bosch, Mercedes Benz, Matarazzo, Merck, Sharp-Dome, entre outras.

em Carta Pastoral por ocasião do 70 Aniversário da Criação da Diocese de Campinas 1908-1978²⁷ lembrando que esse processo é comum a várias outras cidades da Arquidiocese onde, os dados estatísticos comprovam o aumento do número de favelas e de favelados, de escolas e serviços de saúde insuficientes, de falta de infraestrutura, como água, transporte, luz, etc., e de um processo crescente de desemprego e violência. Um processo que não atinge apenas Campinas, mas que se reproduz em outras regiões.

Assim, a violência, o desemprego, as drogas, o achatamento salarial, são manifestações sociais que mostram a necessidade de medidas severas por parte dos governantes. A Grande Campinas combina todos esses problemas, agravados com as distâncias dos centros de atividade econômica que marginalizou, mais ainda, a população. Assim, a diversidade e os contrastes sócio-econômicos são a característica mais saliente de nossa cidade.

Os efeitos da urbanização são visíveis também nos novos comportamentos incentivados pelos meios de comunicação, que atingem o seio das famílias, incapazes muitas vezes de controlar os jovens das influências de valores éticos e morais que passam muito longe dos princípios cristãos. Efetivamente, os meios de comunicação contribuem para multiplicar as influências alienantes, em detrimento dos valores que emanam da família, da fé cristã e dos que procuram alertar sobre a necessidade de uma avaliação mais severa dessas informações que atingem, sobretudo, aos jovens.

Esta sociedade urbana é o grande desafio da Igreja Campineira, hoje. Um desafio que além dos problemas sociais deverá enfrentar os de uma sociedade pluralista e onde a religião católica não é mais o “centro” na vida das pessoas, competindo com outras referências espirituais e materiais. O catolicismo é uma opção num meio que sente a presença cada vez mais forte de seitas e outras manifestações religiosas que levam ao individualismo e ao afastamento da verdadeira fé cristã.

(27) **Uma Igreja Respondendo aos Novos Desafios**. Revisão Ampla: Documento Final, São Paulo, Edições Paulinas, 1992, p. 43.

Dentro deste contexto a Igreja de Campinas tem o seu grande desafio em conscientizar o povo de ser portador de uma ação transformadora para uma nova realidade social, que deve contar com a participação de todos os segmentos da sociedade. Neste sentido, a Diocese de Campinas mostra uma grande disparidade social, com grandes contrastes que tornam mais difícil atingir esses objetivos.

Todavia, em decorrência do processo de industrialização, a classe média - no mais amplo sentido - é tal vez a que mais responde por um processo de crescimento constante no contexto urbano e a que tem um poder político crescente também. Essa classe média muitas vezes se manifesta dentro de uma postura crítica que poderíamos considerar de centro-esquerda, dentro do amplo espectro ideológico e político do Brasil e consciente dos problemas da sociedade. Desta forma, a Igreja de Campinas deve transformar suas estruturas pastorais, ser evangelizadora e conduzir a renovação da fé cristã, além de oferecer às pessoas “*a possibilidade de partilhar a experiência cristã numa comunidade*”²⁸ Esse é o desafio para a modernidade, sobretudo no mundo urbano.

A Igreja de nossa cidade tentou dar respostas a esses desafios através da Renovação Litúrgica, da Implantação do Movimento por um Mundo Melhor, a Ação Católica, as Paróquias Renovadas, a Aceitação do Plano de Pastoral de Conjunto, da valorização do trabalho pastoral dos leigos e leigas, da Criação da Comissão de Pastoral das Vilas Planejadas e início das CEBs e dos Planos de Pastoral. Todas estas iniciativas abrangem um amplo período que vai desde 1960 até a atualidade. No transcorrer desse período, no entanto, muitos foram os desafios uma vez que aliado aos problemas sócio-econômicos apontados, surgiram os problemas da repressão política.

Todos esse fatores, não podem ser compreendidos fora do contexto e influência do Concílio Vaticano II e dos documentos de Medellín, em 1968 e de Puebla, em 1979, que despertaram a Igreja para uma missão transformadora dentro de uma nova sociedade que também se

⁽²⁸⁾ Ibid., p. 53.

transformava rapidamente. É assim que podemos observar a Igreja de Campinas engajada em sua missão junto aos movimentos reivindicatórios dos diversos segmentos da sociedade procurando levar o suporte espiritual e a luz do evangelho aos grupos que lutavam por uma vida melhor. Ainda, durante o período da repressão militar, o espaço paroquial foi, para muitos, lugar e refúgio para expressar seus sentimentos. Neste sentido as CEBs foram mediadoras dessa situação, entre a sociedade e a Igreja.

Podemos observar, portanto, uma participação cada vez mais intensa dos leigos em movimentos sociais e políticos que visam a construção de uma sociedade mais justa e solidária em oposição a uma sociedade que exclui e marginaliza amplos setores da sociedade campineira.

É nesse contexto que surgem as novas pastorais, que ampliando as experiências anteriores e seguindo os ensinamentos do Vaticano II, mostram claramente a importância da participação dos leigos na discussão dos problemas e no encaminhamento das soluções que muitas vezes fogem da abrangência do campo religioso, por serem estritamente econômicos e políticos. Todavia, é na convergência desses planos, onde os pobres, marginalizados e excluídos da sociedade ao lado de outras categorias sociais que inclui tanto os trabalhadores rurais como urbanos, se tornam sujeitos históricos a medida que aflora, em sua resistência, a experiência de luta secular por seus direitos. E, desde o ponto de vista da Igreja, essa luta também é transformadora e cristã, na medida em que funde no seu interior a intenção de construir uma sociedade mais justa e menos excludente.

A presença dos pobres e dos trabalhadores rurais e urbanos, desde 1979, foi uma constante. Essa participação teve desdobramentos importantes, frutos também, dos problemas intrínsecos de uma sociedade excludente, na voz dos defensores dos direitos humanos, da mulher, do negro e do índio, além da ecologia, intimamente ligados à qualidade de vida. Os segmentos médios da sociedade campineira também fizeram sua opção pelos pobres, na medida em que muitos colocam seus conhecimentos profissionais para o bem comum.

Voltamos então, a pensar nas CEBs e seu papel transformador exercido no interior da Igreja de Campinas, como instrumento de renovação do catolicismo com a participação dos leigos numa obra em construção. Observamos que a presença cada vez mais marcante dos leigos na paróquia mostrava que esta perdia parte de sua ação evangelizadora na medida em que padres e leigos se engajavam em movimentos sociais e pareciam afastar-se do evangelho. Mas, mesmo assim, as CEBs conseguiram despertar nas paróquias uma opção pelos pobres e oprimidos. Neste sentido, as CEBs abriram novos horizontes de liberdade, foram mediadoras da emergência de um catolicismo de base leiga tal como tinha ocorrido antes da romanização da Igreja no Brasil. Aproximaram fé e vida numa tarefa renovadora.

As CEBs ainda hoje são polêmicas dentro da instituição eclesial. Elas se opõem à paróquia tradicional e à sua hierarquia interna. Por outro lado, ambos modelos conviveram juntos: a paróquia tradicional e sua hierarquia interna e a paróquia que procura articular-se com a comunidade caminhando para sua renovação e transformação.

As Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) iniciaram suas atividades em Campinas em maio de 1970. A partir dessa data foram se organizando inúmeras CEBs em bairros da periferia da cidade de Campinas com a missão de levar a evangelização e incentivar a participação da população nas comunidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Correndo o risco de simplificarmos de maneira excessiva a trajetória da Igreja Católica em Campinas, podemos demarcar algumas etapas e algumas características. Em primeiro lugar essa trajetória nem sempre se confundiu com a história do catolicismo na região. Vimos que a Igreja, a instituição, chegou junto e tornou-se condição de fundação da cidade de Campinas. Mas o catolicismo, enquanto religiosidade, já estava presente, no culto dos santos, nas capelas privadas, nos mutirões e festas populares. A relação entre o oficialismo da instituição e do padre com a

religiosidade de extração popular nem sempre foi harmoniosa. Tratou-se de uma história de conflitos e complementaridade entre duas lógicas, duas formas de se relacionar com o sagrado. Uma mais transcendente, outra mais imanente e pragmática; uma mais colada e coerente com a doutrina, outra mais flexível e livre, coladas às necessidades subjetivas das populações rurais.

A primeira etapa da história da Igreja em Campinas foi em parte marcada por esse conflito e por essas relações. Outro aspecto marcante dessa primeira etapa foi o posicionamento e o papel que a Igreja desempenhou frente a sociedade escravista. Como vimos, a escravidão em Campinas não foi meramente uma instituição social e um regime de trabalho entre outros, mas a base de um sistema econômico que marcou a história da região e da sociedade brasileira como um todo. Agregado a esse sistema estruturou-se uma ordem estamental e uma mentalidade senhorial que prometia durar muito além de sua base de origem. Embora a escravidão moderna tenha sido, desde o início, questionada na sua legitimidade, principalmente pelos países católicos, não há dúvidas que a Igreja desempenhou um papel importante na sua justificação. No século XIX o regime escravista se defrontou com o auge dos movimentos contestatórios. Os questionamentos se apoiavam não apenas no problema de consciência que gerava e da legitimidade da escravidão, mas também no problema da sua utilidade, tal como entendia a Economia Clássica.

A segunda etapa é marcada por uma reforma interna da instituição frente às transformações do contexto sócio-econômico. O fim do Regime Monárquico no Brasil e a conseqüente secularização do Estado encerrou a etapa de religião oficial e o monopólio de direito da Igreja Católica. Liberalismo, capitalismo, modernização, são os novos componentes definidores da dinâmica histórica fora e dentro do Brasil. A capacidade de a Igreja interferir nessa dinâmica não desaparece, mas diminui sensivelmente. A nova “teologia” que amarra ideologicamente a estrutura social não é mais a da religião, mas a racionalidade burguesa traduzida pela Economia Política.

O problema sobre o qual se concentram todas as preocupações da Igreja é: como garantir a sobrevivência da instituição. Um lado da

receita ficou conhecido como processo de Romanização, ou seja, centralização do poder de controle, sobre todos os aspectos, em Roma. Outro lado foi o aprofundamento da sensibilidade da instituição para as especificidades históricas do meio no qual atua: foi preciso definir com clareza os aliados, os adversários e os meios de luta.

Uma das ameaças foi identificada nesse processo de “desencantamento do mundo” implícito no conceito clássico de modernidade. A uma lógica da racionalidade instrumental e da objetividade, contrapôs uma lógica da subjetividade e da afetividade. Outra ameaça pode ser identificada nas dificuldades de enquadramento do dinamismo da religiosidade popular numa situação de liberdade religiosa.

A história da Igreja em Campinas foi sempre a história de uma instituição que se encontra numa situação intermediária, entre as determinações externas, da Igreja em Roma, e as exigências e desafios específicos do meio no qual atua. Mas as demandas e imposições do meio resultam de influências de vários níveis e lugares. De maneira que a história da instituição num determinado lugar exige o cruzamento de muitas variáveis, das dinâmicas das várias esferas que compõem a realidade. Os resultados apresentados acima constituem uma primeira tentativa, sempre provisória e defeituosa, de realizarmos esse trabalho.